

**EDUCAÇÃO POPULAR E MODERNIZAÇÃO  
SOCIOCULTURAL**  
*REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E  
BRASIL (1857-1858)*

**POPULAR EDUCATION AND SOCIOCULTURAL  
MODERNIZATION**  
*REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E  
BRASIL (1857-1858)*

**EDUCACIÓN POPULAR Y MODERNIZACIÓN  
SOCIOCULTURAL**  
*REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E  
BRASIL (1857-1858)*

**Kadine Teixeira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2368-7717>

**Justino Magalhães**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9464-6782>

**Resumo:** Mesmo após a independência brasileira em 1822 é visível a existência de um intercâmbio entre intelectuais brasileiros e portugueses, e de iniciativas que buscavam aproximações entre os dois lados do Atlântico – todavia, numa relação permeada por conflitos e tensões. Identificamos a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-58), idealizada e editada por António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite, como o primeiro periódico que se propõe a tratar da aproximação entre Brasil e Portugal pela via da educação. Neste artigo, procede-se a uma análise sumária da evolução político-cultural do período que vai da Ilustração e Revolução Francesa às Revoluções da década de 1840, incluindo a Regeneração Portuguesa em meados do século XIX. Analisa-se, por fim, a Revista da Instrução Portugal-Brasil à luz do contexto histórico dos dois Países, mapeando-se os avanços e recuos no programa de geminação encetado por Castilho.

**Palavras-chave:** Práticas culturais; Intelectuais; Aproximações luso-brasileiras; Imprensa; Educação popular; Instituição escolar.

**Abstract:** Even after the Brazilian Independence in 1822, it is possible to identify an interchange between Brazilian and Portuguese intellectuals, and initiatives aiming to approximate both Atlantic's sides – although conflicts permeated this relation. The *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-58), contrived and redacted by António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite, was identified as the first pedagogical journal

targeted both to Portugal and Brasil. In this paper, we made a brief political and cultural evolution of the period amid the Illuminism and the Revolutions of 1840, including the Portuguese Regeneration movement that starts in the middle XIX. At least, we investigate the *Revista da Instrução Pública* based on both historical countries' context, analysing the signs of progress and the retreats on the programme fostered by Castilho.

**Keywords:** Cultural practice; Portuguese-brazilian approximates; Press; Popular Education; Educational institutions.

**Resumen:** Mesmo después de la independencia brasileña en 1822, es perceptible la existencia de un intercambio entre los intelectuales brasileños e portugueses, además de iniciativas que buscaban aproximaciones entre los dos lados del Atlántico – todavía, en una relación permeada por conflictos y embates. Identificamos la *Revista da Instrução Pública* para Portugal e Brasil (1857-58), idealizada y editada por António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite, como el primer periódico que se propuso a tratar de la aproximación entre Brasil y Portugal por la vía de la educación. En este artículo, procedemos a una análisis sumaria de la evolución política y cultural del período que parte del Iluminismo e Revolución Francesa hasta las Revoluciones de la década de 1840, incluso la Regeneración Portuguesa de meados del siglo XIX. Por fin, analiza-se la *Revista da Instrução Pública* a la luz del contexto histórico de ambos os países, mapeando-se los avances y reulos en el programa empezado por Castilho.

**Palabras clave:** Prácticas culturales; Aproximaciones luso-brasileñas; Prensa; Educación popular; Institución escolar.

## PORTUGAL E BRASIL – DA LENTA SUPERAÇÃO DO ANTIGO REGIME

Ao iniciar, em 1880, uma história breve dos primeiros tempos de existência do Gabinete Portuguez de Leitura no Rio de Janeiro, fundado em 14 de maio de 1837, Reinaldo Carlos Montôro resumia deste modo a relação entre Portugal e Brasil:

A evolução progressiva da colonização portuguesa no Brasil, depois da independência d'este importante estado, é dos factos mais curiosos da história d'este século. Não há como negá-lo. Comparando as fórmulas sociais, idéias, tendências dos primeiros povoadores do estado, antes de sua emancipação, com a fisionomia particular que tomou a população portuguesa emigrada após 1830, não é possível negar o contraste, a heterogeneidade. Não parecem produções do mesmo solo, emanações da mesma civilização. Uma profunda mudança moral houve entre 1808 e 1830. Vinte e dois anos de sopro reformador das ideias valeram mais que a independência de 1640, as academias históricas de D. João V, e todas as tentativas de assimilação filosófica do marquês de Pombal (MONTÔRO, 1880, p. 399-422).

Esta tensão entre proximidade e diferenciação, quer no interior dos portugueses emigrados, quer entre os dois países, foi notada pelos principais observadores de então, e ficou assinalada na sucessão de acontecimentos posteriores à independência. De acordo com o fragmento transcrito, a independência política favoreceu a circulação das ideias liberais e desenvolvimentistas, mas também acentuou a emigração de portugueses que buscavam melhorias econômicas ou se exilavam por razões político-ideológicas. Com o recrudescimento do Absolutismo em Portugal, houve intelectuais, parte dos quais ligados

aos mundos jurídico, administrativo e dos negócios, que se mudaram para o Brasil. No entanto, a constituição de um Estado soberano não deixou de trazer dissidências na busca de novos horizontes econômicos, políticos, culturais. As linhas de força da modernização tardavam a convergir e, por meados do Oitocentos, as sociedades, portuguesa e brasileira, ressentiam-se de uma lenta superação do Antigo Regime e continuavam mergulhadas numa indeterminação.

Com efeito, a bilateralidade Portugal-Brasil não podia ser retirada do contexto histórico alargado da sociedade ocidental que vinha apresentando um desenvolvimento acelerado, na sequência da Ilustração, da Revolução Industrial e da Revolução Política geradora do Estado Moderno, representativo, constitucional, liberal. Refletindo concorrência, monopolização e concentrações urbano-demográficas sem precedentes, a indústria fazia acelerar a mecanização, a eletrificação, a proletarização. Em poucas décadas, Paris, que se havia ressentido da instabilidade política e social revolucionárias, suplantou Londres. Atraindo industriais com capital e patentes, oriundos de outros quadrantes europeus, bem assim como trabalhadores, nomeadamente italianos, parte dos quais especializados, Paris tornou-se uma mega-cidade de burgueses e proletários. Não foi em Paris que foi publicado o *Manifesto Comunista*, saído a público em Londres (1848)<sup>1</sup>, onde Marx estava exilado, mas foi em França, nomeadamente em Paris, que as convulsões sociais e políticas se radicalizaram, na década de 40, tornando irreversível o Estado republicano, associado ao que se entendia como progresso, à aculturação escrita, à mobilização cívica, à consciência patriótica, à instrução popular.

Imprensa periódica, escola e associativismo tornaram-se fundamentais para o dito progresso, através da mobilização ideológica e cívica dos segmentos mais escolarizados da população e da constituição do povo como instituinte do Estado-Nação. Para que o povo fosse o depositário natural e legítimo do espírito virtuoso da Nação, como havia admitido Rousseau, haveria de tornar-se ator da revolução, agindo como um todo. Não era o magma uniforme das revoluções, mas também não deveria ser confundido com minorias sanguíneas. Não sem alguma desilusão, Jules Michelet, observador-historiador da Revolução, vendo ruir também às mãos do povo, uma a uma as palavras míticas: liberdade, igualdade, fraternidade, admitiu a renovação da triologia: liberdade, razão e justiça. Liberdade era condição natural; razão e justiça eram manifestações de cidadania e da educação, pois que esta última, melhor que as leis, haveria de fundar a fraternidade. Para Michelet, que soube discernir e caracterizar o que haveria de uniforme e de divisionismo na sociedade contemporânea emergente, iniciação, educação, governo eram sinônimos (1952, p. 5).

Esta dialética fundante ressaltava em *Voyage en Icarie (1845)*, utopia de que era autor Etienne Carpentier e que veio a público anos antes do *Manifesto Comunista*. Diferentemen-

1 Karl Marx e Friedrich Engels. Manifesto Comunista (organização e introdução de Osvaldo Coggiola). São Paulo: Boitempo Editorial, 4ª Reimpressão, 2005. Acessível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod\\_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf)

te do plano revolucionário comunista, o plano utópico de *Voyage en Icarie* não resultava da ruptura com o Antigo Regime. Havia ganho alma e sentido numa Insurreição do Povo e no pressuposto de que a educação era o fundamento do novo sistema social e político (CABET, 1845, p. 73). A regeneração pela educação estaria em maior concordância com o projeto educativo da Ilustração e com o grito de liberdade e justiça, plasmados na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão promulgada na Revolução de 1789.

Um dos aspectos estruturais em que a República Comunitária de Icaria, regenerada, haveria de se distinguir era no uso de uma linguagem simplificada, criada por gramáticos. Nesse novo sistema linguístico, havia inteira correspondência entre oralidade e escrita. Todos os membros de Icaria, independentemente do gênero, receberiam uma educação geral uniforme e, na sequência, poderiam aceder a uma educação específica, científica e profissional. Jacques Rancière, em *A Noite dos Proletários. Arquivos do Sonho Operário* (2012), procurou interpretar essa utopia comunitária, no contexto do associativismo proletário parisiense. A Utopia da República Comunitária, construída por todos, aplicando o princípio da comunidade de enriquecer os pobres sem espoliar os ricos e a revolução comunista eram duas orientações quanto a futuro, que dividiam o mundo proletário. Como se verá, Antônio Feliciano de Castilho, protagonista deste artigo, veio a propor, em Portugal, um plano reformista mais consentâneo com a utopia de *Voyage en Icarie*. Na década de 1870, com a Terceira República, a França implementou reformas educativas tendentes à uniformização do sistema escolar estatal e à universalização da escola primária republicana.

Em Portugal, as reformas da instrução pública aprovadas pelos governos liberais não romperam com o sincretismo pós-revolucionário e o neoclassicismo escolar, que, associados à reconstituição romântica das culturas populares e do espírito de nação, tinham conduzido a cultura escolar para um quadro de indeterminação. No entanto, a partir de meados do século XIX, a relevância da escolarização para a modernização política, administrativa, econômica e social havia se tornado incontornável. A mudança passaria pelo fomento do vernáculo e das línguas vivas, associados aos elementos técnico e científico, retirando relevância ao latim e ao classicismo. Com o avanço da Regeneração, multiplicavam-se as Cadeiras de Primeiras Letras. Em Portugal, como um pouco por todo o mundo ocidental, incluindo o Brasil, os gramáticos sobrepunham-se aos filólogos e aos filósofos, na normalização e escolarização das línguas vernáculas. A gramática filológica associada ao filológico e ao etimológico cedia face ao paradigma histórico-linguístico, adaptável e reconstitutivo da evolução social e cultural. A universalização da escolarização, tão desejada pelos liberais, correspondia à vulgarização das línguas maternas.

O patriotismo encontrava fundamento na alfabetização e na escolarização elementares, mas era a continuação dos estudos nas línguas maternas, estudos graduados e realizados em simultâneo com o estudo da gramática latina, que forçavam a uma progressiva gramaticalização do pensamento e da capacidade discursiva, fortalecendo a consciência patriótica e o espírito de nacionalidade. A educação secundária e a continuidade dos es-

tudos literários, científicos, técnicos e profissionais, careciam de uma gramática ensinável e utilizada em consonância com o desenvolvimento linguístico e cultural dos *escolares*<sup>2</sup>. Essa gramática, progressiva em complexidade, deveria corresponder ao aprofundamento e ao alargamento do currículo, nomeadamente do ensino liceal. As gramáticas escolares tornaram-se essenciais para o desenvolvimento e a normalização das línguas vernáculas.

Na superação do Antigo Regime foram decisivas as transformações políticas, científicas e técnicas, envolvendo a indústria e a urbanização, mas foi sobretudo a escolarização, elementar e secundária, que tornou as mudanças irreversíveis e consequentes, nos planos nacional e transnacional. Aculturando, integrando e diferenciando, por meados de oitocentos, a instituição escolar assegurava uma educação nacional, a generalização de uma base cívica, a progressão de estudos e a modernização das sociedades. Superadas as indeterminações e as convulsões iniciais, o Estado moderno, liberal e representativo, assumia a instituição escolar como meio de (in)formação, nacionalização, regeneração, modernização, estruturação econômica, social e cultural. A sociedade estratificada de Antigo Regime abria-se para uma estrutura vertical de classes.

A vulgarização dos vernáculos, tornada possível pela escola e alimentada pelo fomento do pequeno livro e pelos periódicos, tornava efetiva a cultura de massas e a mobilização da opinião pública. Tendo obtido a independência em 1822, o Brasil foi beneficiário de uma história e de uma língua cujos elementos comuns a Portugal se prolongaram e se acentuaram nas primeiras décadas de independência, através de uma intelectualidade e de uma burguesia de negócios com interesses convergentes. Tais elementos mantiveram alguma indeterminação, manifesta na aculturação escrita e na circulação de materiais escolares, como se verá. No entanto, a instituição escolar foi decisiva na constituição dos dois Estados-Nação.

## INSTITUIÇÃO EDUCATIVA - CORPORIZAÇÃO DA SOCIEDADE

A escola moderna havia sido cooptada pelo Estado Iluminista que implementou um currículo básico de literacia e civismo, formando um cidadão patriota. Legitimada como norma e representação pátrias, a instituição escolar irrompia contra a estratificação social de Antigo Regime e dava corpo à sociedade contemporânea, como um todo. Assegurava uma base cultural de disciplina intelectual e de comunicação que constituía o núcleo da cultura escolar. A instituição escolar corporizava a sociedade moderna, para as repúblicas era imprescindível que a escolarização básica, apoiada na vulgarização do vernáculo, fosse universal e obrigatória. Reagindo à uniformidade escolar, tanto o associativismo burguês,

<sup>2</sup> O termo é aqui empregado em referência a intelectuais que representam a instituição-educação, com atuação significativa no âmbito escolar, configurando a intersecção entre educação e sociedade. “A distinção de escolar traduz o contributo, o estatuto e o reconhecimento devido a personalidades que fizeram avançar o institucional escolar nas dimensões interna, de relação sociocultural, de formação de discípulos, do infindável da ideação e da sublimidade humanas” (MAGALHÃES, 2022, p. 2015).



quanto o proletário, procuraram assegurar, junto das populações adultas, uma alfabetização de base compatível com a alfabetização escolar, para acesso à informação e à conscientização política e profissional.

A aculturação escrita combinada com o avanço técnico da imprensa tipográfica fazia do pequeno livro, nomeadamente do livro escolar e do periódico, meios culturais de massa. Isso mesmo comprovou Jean-Yves Mollier, ao elaborar a história da cultura de massas em França, tendo concluído que, entre 1872 e 1889, foram comercializados 50 milhões de livros do ensino primário, apenas por parte do editor Armand Colin (MOLLIER; SIRINELLI; VALLOTTON, 2006, p. 67). Para Portugal, António Feliciano de Castilho, em torno do qual orbitava um escol reformista, apetrechou a Tipografia de *O Panorama* com modernos meios tipográficos e implementou um programa de aculturação escrita, orientado para o progresso e o engrandecimento pátrios, comum para Portugal e Brasil. Deste plano faziam parte a alfabetização popular através do *Método Português* que ele próprio criou e fez aplicar, em sessões para mestres e em sessões de alfabetização; a simplificação do português, com base na ortofonia; além de um plano enciclopédico de publicações em revista e em livro, com conhecimentos úteis e princípios de natureza ética e moral para assegurar a informação básica e induzir o futuro junto das diferentes formações populares. Enciclopédia básica e linguagem simplificada constituiriam os meios para uma sociedade unida pelo sentimento pátrio, mobilizada para o progresso, mas diferenciada e devidamente especializada para dar resposta às distintas necessidades da sociedade contemporânea, nos planos nacional, ideológico e moral, político, administrativo e de cidadania, além de profissional.

Assim descrito, este plano, idealizado por Castilho, incluía a instituição escolar como integradora e normalizadora da sociedade por meio de diversas estratégias, a saber: a vulgarização da alfabetização, a seleção e divulgação de conhecimentos úteis, morais e edificantes, através de pequenas bibliotecas e coleções editoriais, bem como a edição de periódicos e revistas. A estrutura das revistas criadas por Castilho manteve-se uniforme, no fundamental, contendo uma componente doutrinária, moral e de regeneração pela educação e pela cultura; o fomento de meios culturais; a constituição e disseminação de uma enciclopedia básica; um conjunto de volumes com informação técnica e científica para aprender pelo livro; uma biblioteca e coleções editoriais para leitura massificada, devidamente escritos e seleccionados. Em todo este plano, as dimensões nacional e regional estavam devidamente equilibradas com uma cosmovisão, e o mesmo se observa com o complexo do tempo: presente, passado, futuro.

## DA MODERNIZAÇÃO DO BRASIL INDEPENDENTE

O Brasil tornou-se independente em 1822. Na Constituição de 1824, o novel Estado-Nação ficou definida nos seguintes termos: “O Império do Brasil é a Associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros” (Artº 1º). A Constituição consigna a separação de poderes,

mas “O Poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador” (Artº 98). A instrução através da escola ficou consignada no Artº 179º, Título XXXII [A Constituição assegura] “A Instrução primária, e gratuita a todos os cidadãos”; Título XXXIII [Assegura] “Colégios, e Universidades, aonde serão ensinados os elementos das Ciências, Belas Letras, e Artes”.

Os elementos básicos do Estado são uma língua, um povo, um território, a que crescem uma cultura e uma história. Diferentemente de Portugal, que há mais tempo dispunha daqueles elementos - mesmo que a gramática da língua fosse algo ainda em debate - o jovem Estado-Nação do Brasil não tinha inteiramente consolidadas as fronteiras, necessitava ainda de difundir o espírito de nação a uma parte significativa da população e estava em outro momento do processo de normalização da língua para o Estado-Nação. Entre outros desafios, havia três questões que perpassavam o Brasil de meados do Oitocentos: que modelo de desenvolvimento seguir? Que modelo de Estado adotar? Que forma terá a língua nacional, uma vez que as escolas ensinavam um português que carecia tanto de normatização quanto da identidade brasileira?

Ainda que a bilateralidade com Portugal não deixasse de estar presente, estas questões haveriam de ser resolvidas de modo próprio. Estado-promessa, o Brasil dispunha de riqueza natural e de potencialidades que faziam aspirar a uma posição de relevo na economia mundial. O modelo de Estado provincial adotado pela Constituição de 1824, inspirado no modelo francês, cedo se revelou inoperante face à diversidade geográfica, étnica e econômica. Tal diversidade forçava a autonomização, aproximando de um Estado Federal, de uma confederação de Estados. A língua portuguesa, que tinha servido o Brasil Colonial, carecia de um ensino normalizado e orientado no plano pedagógico para se tornar uniforme e universal.

Em meados do século XIX, este era o quadro histórico-político. Continuava a fazer-se sentir a influência do português na população emigrante, que não cessava de crescer e disseminar-se por todos os estados do Brasil. Particularmente notória era a presença de um escol de intelectuais e de comerciantes e oficiais de justiça, espalhados pelas principais regiões e cidades. Ressaltava também a influência de uma alfabetização escolar em português. Contudo, para além da influência residual da inteligência técnica de alguns oficiais emigrados formados na Escola Politécnica e em aulas profissionais, da característica econômica extrativa e de exportação, e do modelo de desenvolvimento agroindustrial emergente na generalidade dos Estados, o Brasil recém independente pouco colhia da tradição portuguesa.

De igual modo, também a tradição cultural portuguesa não era suficiente para constituir o núcleo ideológico e patriótico, agregador do Estado-Nação. Desde início do Setecentos que o elemento autóctone, ancorado nos povos originários, se tinha vindo a afirmar e dar a conhecer, nos distintos aspectos materiais, técnicos, consuetudinários, simbólicos, cívicos.

## A PROBLEMÁTICA DA LÍNGUA NA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO-NAÇÃO BRASILEIRO: BREVÍSSIMA REFLEXÃO

Em Portugal, o início da década de 1870 ficou assinalado pelas Conferências do Casino e pela Questão do Bom Senso e Bom Gosto que trouxeram uma ruptura com o classicismo. No Brasil, a década de 70 trouxe uma ruptura associada ao republicanismo e às primeiras influências do Positivismo. O Manifesto Republicano, publicado em 1870, irrompeu com a confluência linguística e o sincretismo romântico entre os elementos clássico e popular, subjacentes ao Império. O modernismo realista e positivista fortalecera o republicanismo e trouxe novo alento ao nacionalismo. A instituição escolar era decisiva para a nacionalização. As reformas do ensino secundário, implementadas a partir da década de 1850, tomavam a língua nacional como meio estruturante e as gramáticas escolares foram incorporando as principais marcas do que veio a constituir a versão brasileira do Português.

Desde a década de 50 do século XIX que as gramáticas escolares utilizadas no Colégio Pedro II - o qual desde 1853 assumira o estatuto de ensino normalista - incluíam o Português do Brasil, como versão alternativa e como ilustração dos casos linguísticos. Em conformidade com a Portaria nº 52, de 24 de janeiro de 1856, entre os Compêndios utilizados no Colégio Pedro II, surgia a *Gramática Nacional* do cearense Cyrillo Dilermando. A partir da década de 60 e na medida em que o ensino de gramática se tornou obrigatório nos três primeiros anos do ensino secundário, a presença de autores portugueses para ilustrar os casos gramaticais tendeu a ser substituída por autores brasileiros. O termo “pátrio” passou a ser associado a Literatura.

Os professores eram também autores de Gramáticas, nas quais o paradigma filosófico foi sendo substituído pelo histórico-linguístico, mais adequado à inclusão da evolução linguística, em parte ilustrada por fragmentos literários. Tal como sucedia com a gramática filosófica lusa de Jerónimo Soares Barbosa, também a Gramática Portuguesa de Caldas Aulete, erudita e progressiva, foi sendo substituída. Uma das obras notórias nesse processo de substituição de autores estrangeiros pelos nacionais é *Postilas de Gramática Geral aplicada à Língua Portuguesa pela análise dos clássicos ou Guia para a construção portuguesa*, publicada pelo maranhense Sotero dos Reis em 1866, que continham uma distinção entre gramática filosófica e modelo histórico-comparativo. No Programa escolar de 1866 apareciam algumas influências indígenas. O estatuto dos *escolares* como gramáticos, metodólogos e normalistas teve enorme influência na progressiva consolidação da versão brasileira do Português.

A cultura escolar e os princípios de natureza pedagógica traziam, deste modo, um desconforto à confluência linguística. Através da escola, avançava uma perspectiva sensível à especificidade da língua portuguesa no Brasil. Como interpretar um plano geminado como o da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*? Qual o significado histórico-político da ofensiva de António Feliciano de Castilho para que o *Método Português* por



ele estruturado fosse adotado, com chancela do Imperador Pedro II, para a alfabetização escolar no Brasil? Do mesmo modo que havia proposto para Portugal uma linguagem vulgar, simplificada de informação e comunicação que servisse os assuntos administrativos e de Estado, com recurso a uma escrituração igualmente simplificada, Castilho esperava obter do Imperador Pedro II um reconhecimento, que não tinha sido adotado em Portugal.

Estaria no horizonte uma alfabetização escolar popular, servindo uma cidadania generalizada, mas bem distinta da versão erudita cultivada e ensinada no ensino secundário, destinado à elite letrada? A indefinição do modelo de Estado do Império do Brasil, oscilando entre um Estado Provincial uniformizado e um Estado Federal autônomo, fazia ressaltar a diversidade geográfica, econômica e de desenvolvimento, mas não deixaria de acentuar a perda de unidade nacional e porventura rivalidades nos planos étnico, cultural, linguístico. A questão da língua era decisiva. Ainda que carecesse de aprofundamento da etimologia e de uma escolarização adequada, não deixaria de refletir um país desenvolvido e de possibilitar ao Brasil moderno e em franco desenvolvimento sobrepôr-se ao Portugal arcaico, chamando a si o primado da língua e da literatura portuguesas. Com efeito, desde a década de 1870 que a escolarização secundária no Brasil incluía o ensino da literatura, tomando os clássicos como núcleo histórico-literário comum.

Efetivamente, a difusão de periódicos e de um repertório histórico-literário comum constitutivos de uma opinião geral basicamente informada, favorecia a aproximação entre as duas sociedades, mas a instituição escolar devidamente nacionalizada conduzia à nacionalização. A clarificação da consciência cívica era também um aprofundamento do compromisso patriótico. Por meados do Oitocentos, a instituição escolar fazia emergir a conflitualidade e punha fim à indeterminação histórico-política que o sincretismo, constitucional liberal e de inspiração neoclássica, havia tolerado. O avanço das ideias republicanas também se refletia na noção de Estado-Nação. Alfabetização popular e escolarização elementar, ainda que pudessem sobrepôr-se, não eram sinônimo e faziam indiciar distintas perspectivas sociopolíticas.

## RELAÇÕES CULTURAIS PÓS-INDEPENDÊNCIA ENTRE PORTUGAL E BRASIL: PERIÓDICOS E COLEÇÕES EDITORIAIS

(...) Reapertando entre os dois hemisférios, onde se fala a língua portuguesa, os laços fraternos de uma comum origem, cimentam nas solidas bases da instrução o mutuo comércio que pode tornar ambas as nações prosperas e felizes, e que reciprocamente se devem (...) (A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 1858, nº. 1, vol. II, p. 1)

Principiemos essa reflexão não com um trecho da revista tema desse artigo, mas sim com dizeres de outra, sua contemporânea. Isso porque nos interessa, antes de mais, esclarecer que a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, apesar de ter uma proposta específica de jornalismo pedagógico, estava inserida no escopo das revistas que

eram produzidas tendo em vista a imprescindibilidade das relações culturais entre Portugal e Brasil. E o excerto ora selecionado enuncia os elementos entendidos como centrais nesse trânsito transatlântico: a língua e a origem comuns. Ambos, todavia, são alvo de disputas nessa relação que não é destituída de conflitos. Não raras vezes, expressões como “nações perfeitamente unidas”, “irmãos” ou “gêmeos” são mobilizadas nos periódicos portugueses da segunda metade do século XIX para referir-se a Portugal e ao Brasil. Será mesmo adequado falar em interesses idênticos ou pressupor uma união perfeita? Quem reivindica essa perspectiva? Essas são algumas das indagações que norteiam nossa pesquisa, cujas reflexões procuraremos apontar nesse texto, dentro das possibilidades.

Após a independência foi mantido um trânsito transatlântico de ideias, permeado pelo intercâmbio intelectual que se materializou na produção de periódicos destinados aos públicos dos dois países. A segunda metade do século XIX é, então, marcada por uma tentativa de redescoberta dessa relação. Não se trata do estabelecimento de acordos governamentais, mas sim de um trânsito cultural e do referido *intercâmbio* (MAGALHÃES, 2010). Um dos aspectos constitutivos de tal relação é a atuação do *brasileiro de torna-viagem*<sup>3</sup>, que vinha do Brasil enriquecido, movimentando a economia portuguesa e investindo, inclusive, em escolas para o desenvolvimento da educação em seu local de origem. Na outra direção do Atlântico, chegavam ao Brasil publicações portuguesas, alargando a circulação de livros.

É nesse cenário que se destaca a publicação dos referidos periódicos, dentre os quais podemos citar *O Correio da Europa: revista mensal não política, essencialmente noticiosa para as províncias ultramarinas e Brasil*, publicado entre 1857 e 1859, tendo como redatores-chefes Carlos José Caldeira (1811-1882) e Luís Filipe Leite (1828 – 1898)<sup>4</sup> e *Ilustração Luso-Brasileira*, editada em Lisboa em 1856 e retomada entre 1858-59 por António José Fernandes Lopes, de cuja introdução retiramos a epígrafe acima.

O Brasil era então visto como uma nação promissora, com ares de futuro. Da célebre frase de Herculano, replicada por grandes figuras brasileiras como Oliveira Viana (1883-1951), de que “O Brasil é nossa melhor colônia depois de ter deixado de ser colônia nossa” (HERCULANO *apud* BARBOSA, 2002, p.10), depreende-se o significado atribuído pelos antigos colonizadores ao país recém-emancipado. É esse mesmo “espírito” que se verifica na introdução do primeiro número do semanário *O Brasil*, seguindo uma linha semelhante aos acima citados, mas fundado em Lisboa um pouco depois, em 1871, por António Feliciano de Castilho (1800 – 1875), sujeito central nessa pesquisa. Afirma o editor: “O Brasil é, pois, especialmente destinado a trazer, mais cedo e o mais abundante que possa ser, as novidades de todo o gênero, que devam interessar a todos os que mantém relações, quer

3 Trata-se do português que emigrou para o Brasil e que, em Portugal, passa a ser chamado de “brasileiro” por conta dos hábitos que adquiriu.

4 Discípulo de António Feliciano de Castilho, foi seu parceiro na redação da Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil.

de comércio, quer de amizade com aqueles nossos bons irmãos do ultramar” (O BRASIL, 1871, ano I, n.º 1).

O editorial do periódico, além de se utilizar de um dos recorrentes jargões - “bons irmãos” - para se referir às duas nações, deposita no Brasil a expectativa de contribuir na promoção do desenvolvimento de Portugal, como se estivesse reabilitando o lugar de provedora de riquezas já ocupado pela ex-colônia, no entanto conferindo-lhe um status de equidade e parceria. Revela, assim, a crença otimista de que a superação da decadência se ancoraria na suposta opulência – real, idealizada ou vislumbrada – da antiga *Terra Brasilis*.

Analisamos tais relações tendo em conta um ciclo histórico que se constituiu nas décadas de 1850 e 60, relacionado à terceira fase do Romantismo. Entendemos esse movimento como um conjunto sistêmico de conceitos e perspectivas intelectuais que caracterizam as ações culturais dos sujeitos que protagonizam determinada rede de sociabilidade. Como caracterizaria J. Ginsburg (1985), um evento sociocultural, um modo de pensar historicamente que se opunha tanto ao teologismo medieval quanto ao racionalismo iluminista. Se pensássemos os intelectuais da rede de sociabilidade analisada como atores de uma peça, o Romantismo seria o enredo. É nesse tempo forte que persiste o “pensar” a nação Portuguesa tendo em vista o Brasil, entendido como uma “produção” portuguesa, que permitia a Portugal ver-se também, como que em espelho, de forma produtiva; e que se acentua a propaganda em prol da instrução pública, muito pautada pelas ações de António de Castilho, seja divulgando seu método de leitura, seja polemizando com opositores. No entanto, esta sociabilidade surge comprometida nos dois anos em que foi publicada a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-1858). Analisando a Revista não se afigura que haja uma rede de sociabilidade porque não houve réplica da parte do Brasil. A proposta editorial funcionou num só sentido.

A polêmica em torno de Castilho e do Método-Português incidiu em três aspectos fundamentais: 1) a proposta de uma norma linguística do Português (leitura e escrita) com base numa escrita fónica em detrimento da etimológica; 2) uma alfabetização popular com base numa linguagem simplificada; 3) a progressiva adopção da escrita fónica em todos os assuntos escolares e assuntos de Estado. Uma Comissão constituída por Castilho e mais treze individualidades redigiu uma proposta para ser levada ao Parlamento Português, na qual era solicitado que a Academia Real das Ciências de Lisboa assumisse a criação de um Dicionário de Ortografia Fónica. Tal plano não avançou. O Método Português foi estruturado para dar resposta à ortografia fónica. No Brasil foram levadas a cabo experiências do ensino através deste Método, mas não há notícia de polémicas em torno da Língua.

## ANTÓNIO FELICIANO DE CASTILHO, INTELLECTUAL EM DEFESA DA “EDUCAÇÃO POPULAR”<sup>5</sup>

Falar tanto sobre esse ciclo histórico quanto sobre a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, pressupõe falar em António Feliciano de Castilho. Consagrado poeta<sup>6</sup> e defensor fervoroso do método de leitura que ele mesmo criou, era figura de destaque na rede de sociabilidade intelectual do ciclo histórico que destacamos. Nesse sentido, vale esclarecer que “o meio intelectual constitui, ao menos para o seu núcleo central, um pequeno mundo estreito, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora. A linguagem comum homologou o termo ‘redes’ para definir tais estruturas” (SIRINELLI, 2003, p. 248).

Essas redes, interconexões mais amplas nas quais circula, por exemplo, o projeto de nação que tinha por pressuposto essa irmandade com Brasil<sup>7</sup>, são constituídas por microclimas, pequenos agrupamentos em torno de uma pessoa ou de uma ideia. Consideramos que Castilho é articulador de um microclima acerca da defesa da “instrução popular” como condição para a cidadania, traduzido nas ações de publicação, aplicação e divulgação de seu método de leitura. A instrução pública seria fonte de igualdade através da «comunhão universal dos conhecimentos», como veio a ficar escrito no Editorial da *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*. Tais ações ancoraram-se também nesse pressuposto de um desenvolvimento fundado nas relações com o Brasil. Em carta ao redator de *A Revolução de Setembro* em 13 de abril de 1853, Castilho manifesta essa visão entusiástica de futuro para o Brasil. Ao lamentar-se sobre a falta de possibilidades financeiras para a sua família, afirma:

Portugal, onde a vida literária é, por ora, de todos os baldios o mais estéril; o meu Portugal, o nosso Portugal, não me apresentava a mínima probabilidade, nem possibilidade, sequer, para a realização d’esta minha santa e já tardia avareza. Ocorreu-me, não podia deixar de me ocorrer, o Paiz, que ainda ha pouco era tambem Portugal; o Imperio grande, onde todos temos parentes; onde os appellidos são os das nossas familias; onde se fala, se lê, e se escreve a nossa Lingua, onde o Throno é irmão do nosso Throno; onde o Chefe de Estado, filho de Dom Pedro Grande, e Dom Pedro Grande elle mesmo, ama, cultiva, e honra as Letras, e semeia n’um pre-

5 Utilizamos o termo entre aspas dado ser uma expressão extremamente polissêmica e de difícil delimitação histórica. A opção por utilizá-la é uma referência ao seu emprego por parte dos intelectuais da rede de sociabilidade que investigamos. O termo dá nome à associação, ligada à Castilho, dedicada a abrir escolas gratuitas a fim de disseminar a leitura e a escrita, sendo também título de um artigo publicado por Luiz Filipe Leite na *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, que analisaremos adiante.

6 Essa consagração e a constante alusão à Castilho como grande referência à terceira geração romântica em Portugal é bastante debatida. Cf França, J. (1999). *O Romantismo em Portugal. Estudo de factos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte; Ferreira, A. (1979). *Perspectiva do Romantismo português*. Lisboa: Moraes Editores.

7 O qual encontramos traduzido nos periódicos.

sente grandioso um futuro incalculavel. (...) Só ali é que eu podia aspirar a converter em facto a minha utopia doméstica, sem ao mesmo tempo renunciar a outra de servir aos máximos interesses da familia humana<sup>8</sup> (CASTILHO, 1910, vol. II, p. 89-90).

Nesse caso, trata-se de uma percepção centrada na sua trajetória pessoal. O Brasil representa uma possibilidade de sucesso financeiro e a continuidade do seu trabalho intelectual. Entretanto, pela Carta de Lei de 18 de agosto de 1853 (D.G. nº 200, de 26 de agosto de 1853), foi criado o lugar de Comissário Geral de Instrução Primária pelo Método Repentino. O lugar foi provido pelo próprio Castilho pela Portaria de 23 de setembro de 1853 (DG nº 228 de 28 de setembro de 1853). Esta Portaria regulamentou aquela Carta de Lei. A utilização do *Método de Castilho* nas escolas foi algo muito disperso, até isolado. Os esforços de Castilho conseguiram que fosse utilizado nas escolas privadas vinculadas a associações beneficentes, como a *Associação Promotora da Educação Popular*<sup>9</sup>, da qual era presidente, ou naquelas mantidas pela *Associação Industrial do Porto*, cujo diretor era seu amigo e aliado.

Em março de 1854, por carta enviada a Araújo Júnior, Castilho informou que aceitara o convite do Rio de Janeiro para ministrar um curso normal do *Método de Leitura Repentina*. Esse intercâmbio com o Brasil vinha sendo ensaiado pelo menos desde o ano anterior. Quando da migração do seu irmão José de Castilho para o Brasil, António Feliciano de Castilho enviou, pelo portador, um exemplar da segunda edição do seu *Método* dedicado ao Imperador, bem como uma carta (datada de 12 de abril de 1853), em que explicitava seu desejo de trabalhar do outro lado do Atlântico:

(...) se Vossa Majestade Imperial lhe lançar os olhos [no Método] há-de mostrar-lhe, que a minha premeditada oferta de trabalhar ahi, como aqui o tenho feito, no arroteamento intellectual do povo até a plebe ínfima, não era van. (...) Senhor, como nada impede o ir qualquer peregrino aos logares da sua devoção, ainda que eu haja de ficar a final n'este mundo velho, espero em Deus, que me não acabará a vida, sem ter ido uma vez beijar a Munificente Mão de Vossa Magestade Imperial (...) (CASTILHO, 1910, vol. II, p. 82-84).

Esse empenho em articular a divulgação do método no Brasil traduziu-se em outras iniciativas ao longo do ano de 1853, como se pode perceber na correspondência enviada ao Ministro do Brasil em Lisboa, Conselheiro Drummond, em julho desse mesmo ano. Nela, Castilho expõe que tem conhecimento de algumas tentativas frustradas de implementação do *Método* no Brasil, fracasso que atribui à inexperiência e incompetência dos implementa-

8 Optamos por manter a grafia original dos textos do século XIX.

9 Tendo sua fundação articulada por Castilho em 1856, sua principal atuação será na manutenção de escolas populares pelo Método Português. De entre os assinantes dos seus estatutos, aprovados em 1858, encontram-se figuras políticas de destaque, como Duque de Saldanha (1790 – 1876) e Rodrigo da Fonseca Magalhães (1787 – 1858).



dores - ao que tem pronta resposta: “(...) era planta nova, requeria um trato novo, e especialíssimo; os seus introdutores e primeiros cultivadores não lho sabiam dar, murchou e caiu” (CASTILHO, 1910, vol. II, p. 115). Com o diagnóstico em mãos, lança a prova e a solução. Convida-o – mais que isso, suplica-o - a visitar as escolas de Lisboa que professam o *Método* para que constataste ele próprio a sua eficácia, e oferece mestres de sua escolha para ensiná-lo, de modo a fugir de curiosos e oportunistas que comprometeriam o sucesso de sua implementação.

Essa tentativa de divulgação do *Método* no Brasil, que contou com a presença de Castilho em solo brasileiro entre fevereiro e junho de 1855 para a realização de um curso Normal, é considerada por alguns autores como resultado do fracasso em Portugal. Fernando Castelo-Branco (1977), por exemplo, acredita que, não fosse esse o infortúnio, o poeta não teria motivos suficientes para cruzar o Atlântico e gozaria os louros do reconhecimento em território português. Salienta, ainda, que tal fracasso teria sido mascarado pelo filho Júlio de Castilho nas Memórias que escreveu sobre o pai. De nossa parte achamos que, para além da superação de um fracasso no reconhecimento e universalização do seu método, a divulgação do outro lado do Atlântico é previsível e insere-se nessa relação de quase dependência com o Brasil que se configura entre os intelectuais desse ciclo histórico. Como mencionado, é uma prática cultural de tais intelectuais ter na ex-colônia um reduto de esperança no que diz respeito às expectativas de desenvolvimento e prosperidade. Vale ser mencionado um artigo de Inocêncio Francisco da Silva (1810 – 1876), também da rede de sociabilidade de Castilho, na revista *Archivo Pittoresco*. Referindo-se ao Brasil com termos panegíricos e descrevendo-o como lugar onde florescem as letras, onde a indústria, o comércio e o furor pelo progresso não as teriam sufocado, o escritor considera o país como espaço propício tanto ao florescimento literário quanto ao progresso material - seria essa a “solução” a que Castilho almejava antes de lhe ser oferecido o cargo que garantiria os provimentos econômicos.

(...) N'aquelle grande imperio, o commercio não tem horror á leitura; lêem-se com prazer os bons versos, e o caixeiro da mais modesta quitanda sabe de cor os Lusíadas. (...) Em vista d'isto, não admira que o Brasil seja o grande consumidor dos livros que se imprimem em Portugal, que os mancebos portuguezes residentes nas diversas provincias do joven imperio sejam muito dados á cultura das letras, e que no Rio de Janeiro haja, entre outras muitas e muito uteis associações, um Gremio Litterario Portuguez, que sendo composto na maior parte por gente do commercio, é muito superior ao Gremio Litterario de Lisboa, fundado por muitos dos primeiros escriptores de Portugal (*Archivo Pittoresco*, 1860, p. 11).

É explícita aqui a representação<sup>10</sup> de um país próspero e que acolhia não só a literatura, mas os portugueses. O vínculo é inerente e crucial para que Portugal seguisse

10 Conceito central na abordagem da História Cultural. Cf. Chartier, 1991, p. 173-191 e Chartier, 2002.

produzindo o que tinha de melhor, inclusive em matéria de poesia. No que diz respeito ao *Método* de leitura não seria diferente. Parece que, para Castilho, o seu sucesso estava vinculado à referida imprescindibilidade das relações com o Brasil. A aproximação de Castilho ao Imperador Brasileiro e ao Ministro do Brasil em Portugal ao longo de 1853, bem como a materialização dessa relação por meio da viagem em 1855, são faces de um mesmo caleidoscópio, uma complicada teia envolvendo expectativas portuguesas, propostas desdobradas em periódicos para os dois hemisférios, viagens de intelectuais. Mas que, muitas vezes, se configurou como a expectativa de uma parceria que não se efetivava, como um entendimento não partilhado (no que diz respeito à normatização da língua, por exemplo), como uma ilusão lusitana. Essa ilusão parece ter também ludibriado Castilho, que por diversas vezes expressou, em suas cartas aos irmãos ou à esposa, já a caminho do Brasil, a ideia de que existia no país um desejo de implementar seu método, e a expectativa de sucesso.

Porém, a realidade encontrada foi outra. De fato, foi recebido pelo Imperador como tencionava, mas este não demonstrou efetivo interesse, nem oficializou o *Método*; de fato promoveu um curso Normal, mas enfrentou reações contundentes que o levaram a interrompê-lo antes do dia planejado. Feliciano Primo Jardim, representante enviado por Goiás para atender ao curso, atribui a interrupção precoce do curso a “rejeições de ordem político-nacionalistas” (BOTO; ALBUQUERQUE, 2018, p. 23), relacionando-a ao fato de ele ser estrangeiro. Esse argumento também foi citado pelo próprio em carta à sua esposa, datada de 26 de abril de 1855:

Foi muito frequentado, mas nada mais. Esta gente é indolentíssima; tem ainda uma qualidade peor, ou que pelos menos foi peor para o nosso caso: leva o seu patriotismo a um ponto de fúria, que faz rir. Como o methodo é portuguez, e elles teem aqui um chamado Costa Azevedo, que fez uma redução e estropeação de Jacotot, impressa há vinte e um annos, mas desconhecida, pode-se dizer que, por toda a gente, se aproveitaram da franqueza com que sempre convido a discutir e objectar, para vierem pôr seus reparos, sob formas muito cortezes na verdade, mas completamente sofisticos e de péssima fé (CASTILHO, 1914, p. 11-12).

A carta, escrita dois dias após a interrupção do curso pelo próprio Castilho, traz apenas uma brevíssima indignação, fruto de uma contenda mais longa. A contenda desenvolveu-se em contestações durante o curso e estendeu-se também aos jornais locais, onde é possível encontrar defesas e acusações, inclusive as de cunho nacionalista de Costa Azevedo e seu discípulo Valdetaro, citadas na carta de Castilho à esposa. Os embates acerca do método e a oposição a ele alcançaram também outras províncias do Brasil, como

Alagoas, estendendo-se para além da permanência de Castilho no Brasil e desdobrando-se nas tentativas de implementação<sup>11</sup>.

Bem certo de que houve quem saísse em defesa de Castilho, como fez o professor J. M. Pereira de Alencastre em publicação a pedido no *Correio Mercantil* de 01 de maio de 1855. Mas, a refração à sua presença e as menções a uma possível rejeição de ordem político-nacionalista ressaltam um aspecto central à nossa pesquisa: o de que a noção de uma ordem nacional, que pressupunha uma via de mão dupla transatlântica e que entendia a necessidade de uma parceria profícua para o desenvolvimento, era uma idealização muito mais portuguesa do que brasileira. Aspecto que identificamos também no que diz respeito à *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*.

### **REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL (1857-58) – UM PLANO SEM INTERLOCUTOR**

Como tem vindo a ser referido, a independência brasileira, em 1822, levou à autonomia política, mas não à ruptura cultural. Manteve-se um intercâmbio entre intelectuais brasileiros e portugueses, e houve iniciativas de um e do outro lado do Atlântico que pretendiam estreitar laços e buscar aproximações. A *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* (1857-58), idealizada e editada por António Feliciano de Castilho e Luís Filipe Leite, foi o primeiro periódico que se propôs a tratar a aproximação entre Brasil e Portugal pela via da educação. Nele ressalta a notabilidade de Castilho na promoção da “educação popular”, sobretudo em função da autoria e do fomento do *Método de Leitura Repentina*, desde 1851, seja em Portugal seja logo após também no Brasil.

O estudo daquela Revista permite conhecer as ideias e as propostas acerca da “educação popular” e sua influência na “educação pública para Portugal e Brasil”. Através da análise material, de discurso e de conteúdo da revista ressaltam estratégias de produção, divulgação e circulação de ideias na aproximação entre Portugal e Brasil por meio da “educação popular”.

O programa da Revista recupera uma “fraternidade”, assumindo, todavia, que Portugal e Brasil teriam destinos económicos, políticos, culturais próprios. No período de publicação da Revista não se chegou a formar uma interlocução com o Brasil, e ela foi tentada por Castilho junto do Imperador, junto de intelectuais-professores, junto de Sociedades e Associações representativas da Comunidade Portuguesa. Houve no entanto experiências de aplicação do *Método-Português*. O programa da Revista era amplo e uma das principais funções foi reunir e divulgar informação sobre a Instrução Pública e a “educação popular” em diferentes países.

11 Para uma análise pormenorizada da rejeição do método no Brasil ver Albuquerque, S. (2019). *Métodos de ensino de leitura no Império brasileiro: António Feliciano de Castilho e Joseph Jacotot*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Brasil.

Como se referiu, a questão da língua e sobretudo da escrita estão muito presentes em toda a obra pedagógica e alfabetizadora de Castilho. Antes mesmo de avançar com o *Método Português*, já Castilho tinha proposto uma simplificação da escrita adotando e adaptando a ortografia à ortofonia. Retomava assim, como foi já referido, o princípio que perpassava a utopia *Voyage en Icarie*. O Método proposto por Castilho envolve uma consciência fônica até através do canto e depois passa para uma escrita simplificada (Cf. MAGALHÃES, 2003). Esta questão está também presente na *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, mas não surte repercussão nas notícias de imprensa, entretanto transcritas, seja de periódicos portugueses, seja de periódicos brasileiros. Há um ou outro testemunho de professores, referindo que a simplificação alfabética, oral e escrita facilitou a aprendizagem.

Há uma utopia subjacente ao programa da Revista, como jornal de instrução pública e meio de civilização que assentaria num maior e simultâneo aproveitamento “das faculdades do homem e dos dons da natureza, de três fecundidades naturais: a da alma, a da terra e a da mulher: da alma pelo saber, da terra pela cultura, da mulher pelo consórcio (...)” (REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA... Programa, 1 de julho de 1857, p. 4). Para as faculdades da alma era necessária uma educação integral para o que faltavam escolas; o desenvolvimento da terra carecia de indústria rural e de indústrias subsequentes, sendo necessário ter operários instruídos e escolas profissionais; mas um espírito iluminado, uma indústria próspera com abundância e moralidade estão também inevitavelmente associados à mulher, sua idoneidade e sua acção, proporcionando o aumento das famílias e o engrandecimento progressivo da população e do Estado. Tal reciprocidade proporciona o aumento das faculdades intelectuais, morais e físicas dos indivíduos, redobrando as riquezas pelo solo e pela indústria.

## **A REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL E A ESTRATÉGIA DE DIVULGAÇÃO NO BRASIL**

Mesmo sem ter obtido o acolhimento que esperava na divulgação do seu método no Brasil, em 1855, Castilho persistiu na visão idealizada de um país reabilitado, parceiro, e que partilhava as mesmas agruras, tendo sido levado a empreender a edição de uma revista pedagógica para ambos os lados do Atlântico. O poeta acreditava que Portugal e Brasil estariam diante do mesmo desafio: o de assumir um papel de liderança em seus contextos regionais. É então que empreende, ao lado do seu pupilo Luís Filipe Leite, um projeto que se inseria no escopo das revistas literárias<sup>12</sup> produzidas pelos intelectuais de sua rede de sociabilidade, mas com particularidades que imprimem ao impresso um carácter peculiar.

12 Tais revistas, que tem no *Panorama* o seu antecessor, tinham ares enciclopédicos e pretendiam difundir esses “conhecimentos úteis”. Tinham na imprensa periódica o formato ideal para realizar o intento, a qual vai tornando-se cada vez mais direcionada a um público amplo.

No preâmbulo da primeira edição assume a defesa desse tipo de impresso, que intitula de “livro-periódico ou periódico-livro”:

(...) um jornal didactico, mas didactico no sentido das principaes exigências do seculo, que participasse do livro pelo ponderoso e reflexivo, e ainda um pouco pela extensão no expor e sustentar as doutrinas; mas que ao mesmo tempo se irmanasse com as folhas volantes pela correntesa do estilo, pelo desambicioso das formas, pela variedade dos assumptos, por preferir dentre estes os que melhor se acertassem com as precisões e tendencias da actualidade; por olhar mais para o futuro que para o presente, e que todos estes dotes ou os mais d’elles os realçasse com as amenidade da literatura e a tenuidade do preço, condição muito primaria (REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL, 1857, p. 3).

Nesse trecho, os redatores sintetizam o “espírito” dos periódicos que deveriam ocupar o lugar do livro para conseguir alcançar o povo e contribuir para o “derramamento da instrução popular” (ANDRADE-FERREIRA, *in Archivo Pittoresco*, Tomo I, N. 12, 1857, p. 94). Era esse o esforço que vinha sendo feito pelos chamados periódicos literários, de entre os quais podem-se identificar a *Revista Contemporânea para Portugal e Brasil* e *Ilustração Luso-Brasileira* supracitadas. Essa perspectiva é longamente analisada por Ferreira no artigo intitulado “Jornalismo Literário em Portugal”, em que destaca a importância de se alcançar todas as classes, feito que poderia ser obtido por meio de periódicos que fossem capazes de difundir a ilustração de forma acessível e agradável para o povo. E é nesse “espírito” que se insere a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, conforme anunciam no mesmo preâmbulo, todavia com um programa específico: fazer uma investigação apurada acerca de como anda o ensino em cada um dos países e propor soluções para superar aquilo que fosse identificado como obstáculo. Assim, apesar de se assumir como um periódico que buscava fazer o “estado da arte” do ensino em ambos os países, não deixa de estar no escopo de outras revistas literárias, uma vez que é um produto cultural do microcosmo da rede de sociabilidade em que se inseriam António Castilho e Luis Filipe Leite.

Pensada originalmente como publicação mensal com 12 páginas, veio a público entre julho de 1857 e abril de 1858, tornando-se bimestral no segundo ano – publicaram-se, assim, apenas 8 números, com as páginas numeradas sequencialmente de modo a formar um volume único – como se fazia com as revistas literárias. Não faremos aqui uma análise dos assuntos abordados na revista, dado o reduzido espaço de que dispomos e também o fato de esse levantamento ter sido realizado com maestria por Rogério Fernandes (2004). Não se pode, todavia, deixar de destacar o projecto de Reforma do Ensino Público em Portugal, da autoria de Júlio Maximo d’Oliveira Pimentel e José Maria Latino Coelho. Este projecto foi adoptado pela Academia Real das Ciências de Lisboa, na sessão de 18 de Junho de 1857 e enviada à Rainha.

---

Sobre a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil*, cf. também António Nóvoa (Dir), 1993. *A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 753-755



Continha uma reforma integrada dos estudos e da sociedade, nos planos económico, profissional e curricular. Merece também destaque a secção Esboços d'uma Galeria Pedagógica. Na sequência deste texto, daremos breve atenção a dois aspectos: a “educação popular” e a circulação da Revista no Brasil, que estavam mais directamente associados a Castilho.

No que diz respeito à primeira questão, nota-se um grande esforço em prol da “educação popular”, do qual o ensino da leitura pelo método de Castilho é parte importante, ao lado de iniciativas institucionais como a atuação da *Associação Promotora da Educação Popular* – anunciava-se, inclusive, no nº 4, a reversão do valor da venda da 4ª edição do *Método Português de Leitura* em benefício da dita associação. Apesar de não haver uma definição sistemática do que os redatores entendem por “educação popular”, é possível inferir que era percebida como a popularização da escola primária e relacionada ao alargamento dos conhecimentos básicos. A *Revista* dá pistas daquilo que considera que devia ser ensinado, e para o que era mister contribuir a imprensa no formato de “periódico-livro”:

Foi encontrada menção à *Revista* em três jornais diários brasileiros, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro, o *Diário de Pernambuco* e o *Diário do Maranhão*. No primeiro jornal, curiosamente, há apenas uma menção prévia e uma póstuma, aspecto que esclareceremos a seguir; em Pernambuco e no Maranhão há referências mais numerosas e regulares, inclusive indicando-se preços de assinatura e correspondente para subscrição. Todavia, no caso de Pernambuco há uma curiosa particularidade, que será analisada adiante. Começamos, então, pelo Maranhão. Apesar de o jornal ter noticiado logo em agosto de 1857 o lançamento da publicação em Portugal, ocorrido em julho, apenas em novembro passa a receber assinaturas e, a partir de então, anuncia mensalmente que continua a recebê-las. O valor de 4 mil réis era cobrado anualmente dos assinantes, constituindo-se como um impresso acessível, como desejavam os editores - para se ter um parâmetro, a assinatura da *Revista Contemporânea para Portugal e Brasil*, também editada mensalmente em Lisboa, custava, em 1856, 14 mil réis.

Sobre a emergência da Revista, a hipótese que nos parece mais verossímil corrobora à percepção, já anunciada em alguns trabalhos (FERNANDES, 2004; PINTO, 2011), de que a viagem de Castilho ao Brasil em 1855 foi o principal disparador para a concretização do projeto de escrever uma revista de cunho pedagógico que servisse aos dois países. O que nos faz supor que, tão logo retornou à Portugal, tomou as providências para realizar a publicação, arranhou uma oficina tipográfica, definiu o formato e a periodicidade e escreveu, com Luis Filipe Leite, o programa de lançamento, que fez circular de imediato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto a *Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil* quanto o próprio *Método Português* são criações históricas que fazem parte de uma estratégia relacionada a uma prática cultural de intelectuais portugueses que integravam uma determinada rede de sociabilidade desse ciclo histórico, cujo tempo forte marcamos entre as décadas de 1850 e

1860. Tal estratégia consistia em elaborar produtos culturais que circulassem em ambos os países. Por um lado, tais produtos, referidos como “periódicos-livro”, visavam “derramar a instrução popular”, entendida como *sine qua non* para se alcançar um modelo de nação suficientemente desenvolvido e, junto com a escola, mediar o contrato social para o desenvolvimento da cidadania; por outro, garantia o vínculo cultural com o Brasil, considerado também essencial para se constituir esse projeto de nação, que não se via alcançável em sua plenitude sem a inter-relação com o Brasil.

Havia o desejo de circulação, reproduzido, inclusive, pelo correspondente do *Diário de Pernambuco*: “A ‘Revista’ tem tido optimo acolhimento no paiz [Portugal], e he de esperar que ahi [Brasil] não o tenha menos” (1857, n. 201, p. 1). Contudo, apesar do esforço que, nesse caso, apostou na interlocução de Luiz Filipe Leite com o Maranhão e Pernambuco, a *Revista* parece não ter encontrado muito eco no Brasil, para além das iniciativas relativamente isoladas das províncias em que Leite tinha contato mais direto, em função da sua atuação como correspondente. A noção de fraternidade é praticamente uma reivindicação unilateral, restringindo-se à percepção que esses intelectuais portugueses teriam sobre o Brasil.

O Brasil estava, nessa altura, muito preocupado com questões internas. Gigante que era, debatia-se com a problemática da descentralização do ensino que, para alguns, nenhuma vantagem trazia, como avaliava o Conselheiro Liberato Barroso (PEIXOTO, 1936, p.242) e procurava encontrar um caminho próprio, que não tinha em conta o exemplo português. De fato, partilhavam-se problemas semelhantes, como as altas taxas de analfabetismo<sup>13</sup>; os sistemas públicos escolares de ambos os países também estavam num processo análogo de estruturação e consolidação. Porém, ao que tudo indica, aos intelectuais que pensavam a educação no Brasil da segunda metade do XIX, não apetecia fazer esforços no sentido de uma parceria que não parecia ter muito a agregar.

13 Em 1872 havia 66,4% de analfabetos no Brasil (PEIXOTO, 1936, em atualização do Censo de 1872), enquanto em Portugal, em 1890, conta-se 76% de analfabetos (GRÁCIO, 1971, p. 51).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA, Luísa Maria G. Teixeira. **O Ideário Republicano nas Relações Brasil/ Portugal, 1880-1891**. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2002. Dissertação de Mestrado.
- BOTO, Carlota; ALBUQUERQUE, Suzana. Entre idas e vindas: vicissitudes do método Castilho no Brasil do século XIX. **História da Educação**, 22 (56), pp. 16-37, 2018.
- BRAGA, Teófilo. **História do Romantismo em Portugal II**. Série “A Geração de 70”, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1987.
- CABET, Étienne de. **Voyage en Icarie**, 2e édition, Paris: Au Bureau du Populaire, 1845. Acessível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k101886z.image>
- CASTELO-BRANCO, Fernando. Castilho tenta difundir o seu método de leitura no Brasil. **Revista da Faculdade de Educação**, USP, 3 (1), p. 32-45, 1977.
- CHARTIER, Roger. **História cultural – entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 2002.
- CHARTIER, Roger. O Mundo como representação. **Revista de Estudos Avançados**, 5(11), 173-191, 1991.
- FERNANDES, Rogério. Um projecto de jornalismo pedagógico luso-brasileiro no século XIX (1857-1858). **Rogério Fernandes. Questionar a sociedade, interrogar a história, (re)pensar a educação**. Porto: Edições Afrontamento, 2004, 563-568.
- GINSBURG, Jaime. Romantismo, historicismo e história. **O Romantismo**. J. Ginsburg (Org.). São Paulo: Perspectiva, 1985.
- GRÁCIO, Rui. Ensino Primário e Analfabetismo, in **Dicionário de História de Portugal**, vol. II (dir. Joel Serrão), Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971.
- MAGALHÃES, J. **Na Rota da Educação: Epistemologia, Teoria, História**. Uberlândia; Campinas: EDUFU/UNICAMP, 2022.
- MAGALHÃES, Justino. **Da cadeira ao banco – escola e modernização (séculos XVIII – XX)**. Lisboa: Educa, 2010.
- MAGALHÃES, J. Castilho, António Feliciano de. In Nóvoa, António (Dir) **Dicionário de Educadores Portugueses**. Porto: Edições Asa, pp. 311-316, 2003.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista** [organização e introdução de Osvaldo Coggiola. São Paulo: Boitempo Editorial, 4ª Reimpressão, 2005. Acessível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod\\_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2545967/mod_resource/content/1/MARX%3B%20ENGELS.%20Manifesto%20Comunista.pdf)
- MICHELET, Jules. *Histoire de la Révolution Française I*, Vol. 1. Paris: Gallimard, 1952
- MOACYR, Primitivo. **A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil, 1834 - 1889**. Vol. I. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional, 1939.

MOLLIER, Jean-Yves; SIRINELLI, Jean-Françoise; VALLOTTON, Françoise (Sous la Dir de). **Cultura de Masse et Culture Médiatique en Europe et dans les Amériques 1860-1940**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

MONTÔRO, Reinaldo Carlos. Notícia Histórica, do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro. In Gabinete de Português de Leitura no Rio de Janeiro. **Os Lusíadas por Luís de Camões**. Lisboa: Na Oficina e Castro Irmão Impressor, pp. 399-422, 1880. <https://archive.org/details/DELTA53770FA/page/n14/mode/1up?view=theater>

NÓVOA, António (dir). Revista da Instrução Pública para Portugal e Brasil. **A Imprensa de Educação e Ensino. Repertório Analítico (séculos XIX-XX)**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, pp. 753-755, 1993.

PEIXOTO, Afrânio. **Noções de História da Educação (2ª ed.)** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

PINTO, Inára de Almeida Garcia. **Um professor em dois mundos: a viagem do professor Luis Augusto dos Reis à Europa (1891)**. São Paulo: Universidade do Estado de São Paulo, 2011. Tese de doutorado.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de Março de 1824). Constituição Brasileira**. Acessível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm)

RANCIÈRE, Jacques. **A Noite dos Proletários. Arquivos do Sonho Operário**. Lisboa: Antígona, 2012.

SAVIANI, Dermeval. **História das Idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas SP: Editores Associados, 2007

SILVA, Innocencio Francisco da. **Diccionario bibliographico portuguez**. Tomo V. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860.

SIRINELLI, Jean-Françoise. Os intelectuais (pp. 231-270). In R. Rémond (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.

## FONTES

ARCHIVO PITTORESCO, 1857, Tomo I, nº 12.

ARCHIVO PITTORESCO, 1860, Tomo III, nº 02.

O BRASIL, 1871, ano I, nº 1.

CASTILHO, António Feliciano de. **Cartas**. Vol II. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora, 1910.

CASTILHO, António Feliciano de. **Cartas**. Vol III. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora, 1910.

CASTILHO, António Feliciano de. **Cartas**. Vol IV. Obras Completas de A. F. de Castilho. Lisboa: Empreza da História de Portugal Sociedade Editora, 1914.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1854, nº. 280.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1856, nº 245 e nº 267.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1857, nº 201.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 1857, nº 147 e nº 224.

DIÁRIO DO MARANHÃO, 1858, nº 8, nº 9, nº 18, nº 93.

JORNAL DO COMMERCIO, 1856, nº 292.

A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA, 1858, nº. 1, vol. II.

REVISTA DA INSTRUÇÃO PÚBLICA PARA PORTUGAL E BRASIL, 1857 – 1858, nº 1 a nº 8.